

Empresa terá de fornecer protetor solar a empregado

Projeto aprovado pelo Plenário retorna à Câmara para exame de emendas do Senado. **6**



Marcia Veiz

Os senadores acolheram cinco propostas que estavam na ordem do dia da sessão de ontem

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.903 – Brasília, quarta-feira, 15 de outubro de 2008

Tarifa mais barata para conexão à internet

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto determinando que chamadas interurbanas para conexão à internet sejam tarifadas como ligação local. A proposta segue para a Comissão de Infra-Estrutura. **7**

Audiência vai discutir filme sobre Jango

Jango em 3 atos, documentário produzido pela TV Senado, vai ser discutido hoje em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no auditório do Interlegis. **2**

Mesa impõe rigor contra nepotismo e aprova demissões

Depois de reunião do colegiado, presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, anuncia a decisão de cumprir com rigor súmula do Supremo Tribunal Federal. Senadores terão oito dias de prazo para informar a eventual existência de parentes contratados em desacordo com a norma do STF. **3**



Paulo Lima

Garibaldi reúne a Mesa, que aprova interpretação da súmula do STF: demissões de parentes até o terceiro grau

Compra à vista pode ter preço diferenciado

A venda de produtos à vista pode ter preço diferente da transação paga com cartão de crédito, segundo projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. **8**

Prodasen faz 36 anos e resgata história

A exibição de um vídeo mostrando a importância do Prodasen na informatização dos trabalhos da Constituinte marcou ontem a comemoração dos 36 anos do órgão de informática do Senado. **8**



Leopoldina

Relator adia parecer que congela emendas

O relator do Orçamento, Delcídio Amaral, adiou a entrega de parecer preliminar que mantém em R\$ 8 milhões as emendas parlamentares. Ontem, a Comissão de Orçamento discutiu projeto que reajusta aposentadorias. **5**

José Pimentel (esq., com Mendes Ribeiro, Delcídio Amaral e Gim Argello) na Comissão de Orçamento: reajuste de aposentadorias em debate

Logo após a pré-estréia de filme sobre a vida do ex-presidente da República, a Comissão de Direitos Humanos debaterá seu conteúdo com embaixadores do Chile, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai

Audiência pública vai discutir documentário sobre Jango

O DOCUMENTÁRIO JANGO em 3 atos será discutido em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) logo após a pré-estréia do filme – que ocorre hoje, às 19h, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, na sede do Interlegis. O requerimento é de autoria do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

O documentário, produzido pela TV Senado e dirigido pelo jornalista Deraldo Goulart, mostra a vida pessoal do ex-presidente João Goulart, analisa seu governo e as circunstâncias históricas que o cercaram e trata também de seu exílio. A morte controversa do protagonista também é abordada no documentário.

Jango, como João Goulart era conhecido, foi presidente entre 31 de janeiro de 1961 e 1º de abril de 1964, quando foi deposto pelo golpe militar



João Goulart presidiu o país de 1961 a 1964, quando foi deposto pelo golpe militar

que instaurou a ditadura no Brasil pelos 24 anos seguintes.

Após a sessão, haverá um debate com a participação dos embaixadores do Chile, Álvaro Díaz Pérez; do Uruguai, Carlos Daniel Amorín Tenconi;

do Paraguai, Luis González Arias; e da Argentina, Juan Pablo Lohlé; e do presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Fontella Goulart, filho de Jango.

TV Senado

O auditório do Interlegis fica no Anexo E do Senado Federal, na Avenida N2, em Brasília. Após a pré-estréia, também será possível assistir ao documentário nos dias 19 e 26 de outubro, às 21h, pela TV Senado.

A TV pode ser sintonizada nos canais UHF 36, no Gama (DF); 40, em João Pessoa; 43, em Fortaleza; 51, em Brasília; 52, em Natal; 53, em Salvador; 55, no Recife; e 57, em Manaus. Pelos canais de assinatura 7, da Net Brasília; 17, da Tecsat; 118, da Sky; e 217, da Direct TV; ou, ainda, ser acompanhada ao vivo pelo site www.senado.gov.br/tv.

Sessão especial homenageia crianças e professores

O Dia da Criança, celebrado em 12 de outubro, e o Dia do Professor, 15 de outubro, serão comemorados hoje em sessão especial do Plenário que terá como convidados especiais os alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental (CEF) de Arapoangas, de Planaltina (DF), e do CEF 619, de Samambaia (DF).

A iniciativa das homenagens é dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Patrícia Saboya (PDT-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Marconi Perillo

(PSDB-GO).

Segundo a assessoria de Cristovam, a sessão especial se justifica pela relação intrínseca entre educação e infância. A homenagem visa dar atenção aos professores e buscar formas de integrar as crianças à vida escolar.

De acordo com a programação, a aluna Andressa Nunes, da 6ª série do CEF de Arapoangas, cantará o Hino Nacional na abertura da sessão. Os alunos, que ocuparão as duas primeiras fileiras do Plenário, farão a leitura da Declaração dos Direitos da

Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mostra de livros

O espaço Senado Galeria será dedicado à Mostra de Livros Infantis e Infanto-Juvenis. Estarão expostas obras de autores brasileiros ou radicados em Brasília, membros da Academia Taguatinguense de Letras, do Sindicato de Escritores do DF e do Movimento Cultural aBrace. A mostra poderá ser visitada hoje e amanhã, das 9h às 18h.

Gilvam festeja crescimento do número de mulheres na política



Foto: Gerardo Vagela

O “modesto, porém significativo, avanço da força feminina na política brasileira” foi comemorado por Gilvam Borges (PMDB-AP).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informou o senador, as mulheres conquistaram, nas eleições deste ano, 9,16% das prefeituras. A partir de janeiro haverá 500 prefeitas no país, um aumento de 2% em relação às eleições de 2004.

Nas eleições de 2008, continuou Gilvam, 12% dos vereadores eleitos são mulheres. O senador disse que a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que a igualdade de participação entre os sexos nos parlamentos só será alcançada em cem anos. Por enquanto, existem apenas 17,2% de mulheres legisladoras no mundo.

– Torço pelo crescimento das mulheres na política, porque a baixa representação feminina não diz respeito somente às mulheres, diz respeito à democracia – afirmou.

Para Gilvam, como aproximadamente 50% da população brasileira é do sexo feminino, o ainda baixo número de mulheres políticas pode sinalizar que a representação feminina não acontece de fato, “ou que essa representação está capenga”. Para vencer a sub-representação feminina nas prefeituras, é preciso vencer a resistência dos partidos em apoiar as candidaturas das mulheres, disse o senador.

Cristovam registra premiação dos “educadores nota 10”

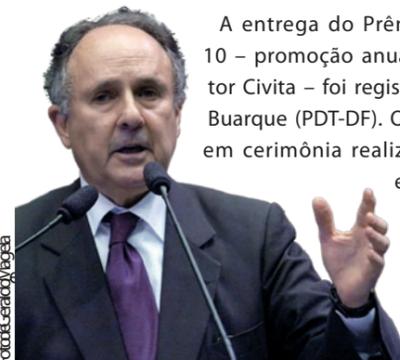


Foto: Gerardo Vagela

A entrega do Prêmio Educador Nota 10 – promoção anual da Fundação Victor Civita – foi registrada por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador disse que, em cerimônia realizada segunda-feira,

em São Paulo, foram entregues dez prêmios a educadores um prêmio a uma escola.

A grande vencedora foi a professora Andrea Silva Brito, que criou formas novas para o ensino da Geometria, de modo a facilitar a compreensão de poliedros e corpos redondos por seus alunos da 6ª série. Ela leciona na Escola Carlos Drummond de Andrade, em Presidente Médici (RO).

Cristovam citou outros vencedores, como o professor Ademir Pereira Júnior, que inventou formas de cálculo mental para seus alunos da 5ª série do Colégio Adeilde Maria Leite, em Maringá (PR), e a professora Débora Lisiane Carneiro Tura, que tem utilizado, de maneira criativa, um blog para ensinar inglês, também a alunos da 5ª série na cidade de Quevedos (RS).

– Eu, que tanto critico a situação da educação brasileira, e não tenho motivo para dizer que ela está melhor, tenho que reconhecer no exercício feito pela Fundação Victor Civita uma grande contribuição para elevar a auto-estima dos professores brasileiros e, ao mesmo tempo, para divulgar boas experiências – afirmou o senador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão plenária é deliberativa

Sessão especial do Senado comemora, às 11h, o Dia da Criança (12 de outubro) e o Dia do Professor (15 de outubro). Às 14h a sessão é deliberativa.

Presidência

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside às 16h a ordem do dia.

Reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne às 9h30 para a votação de três itens, entre eles o projeto que propõe alterações na legislação que trata da reforma agrária, a fim de garantir o pagamento em dinheiro, em 90 dias, aos proprietários de imóveis desapropriados que não estejam incluídos na hipótese de desapropriação por interesse social.

Escolha de banco para receber salário em pauta

O substitutivo a dois projetos que permitem ao empregado escolher a instituição financeira e a agência em que deseja receber seu salário deve ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 11h para a análise de sete proposições.

Crédito suplementar para estatais

Propostas de abertura de crédito suplementar ao Orçamento 2008, em favor de empresas estatais e de três ministérios, estão na pauta da reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que tem início às 14h30.

Profissão de vigilante

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne às 9h para analisar sete itens em pauta, sendo o primeiro um requerimento de audiência para discutir, no dia 30 de outubro, a situação da profissão de vigilante. Às 19h a CDH realiza audiência, no auditório do Interlegis, para discutir o documentário Jango em 3 atos com João Vicente Fontella Goulart e os embaixadores do Chile, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

Centros de pesquisa nas universidades

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se às 8h45 para votar nove itens. Entre os projetos está o que institui centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas universidades. Também estão em pauta propostas de decreto legislativo que tratam de autorização para o funcionamento de emissora de rádio FM em Charqueada (SP) e de rádio comunitária em Recanto das Emas (DF).

CCJ debate licitações

Reunião às 10h da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para votar 25 itens. A primeira proposta em pauta institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ainda será examinado projeto que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai (Projeto do Sacoleiro).



Demostenes critica postura de petistas e de seus aliados

Demostenes: PT foi o grande perdedor nessas eleições

Na opinião de Demostenes Torres (DEM-GO), o PT foi “o grande perdedor das eleições municipais de 5 de outubro e ainda mostrou um baixo padrão ético em alguns municípios”.

O senador criticou os ataques desferidos pelo candidato peemedebista Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, e pela candidata petista Marta Suplicy, em São Paulo, contra seus adversários Fernando Gabeira e Gilberto Kassab.

– O primeiro, o carioca [Paes], é um adesista de quinta categoria, que, dias atrás, na CPI dos Correios, xingava o presidente da República e seu filho, e agora desculpa-se em troca de apoio em vídeos e fotos constrangidas. A segunda é uma política cuja face se revela agora, além das intervenções cirúrgicas reparatórias, uma madame que ainda usa o sobrenome do ex-marido, talvez por ser a única coisa imaculada que lhe resta – afirmou.

Suplicy

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP), ex-marido de Marta, repudiou ofensas à candidata e disse que a autorizou a usar seu sobrenome. Mas reconheceu ter havido erro de abordagem na propaganda de Marta quando se questionou o estado civil de Kassab. Depois de um pedido de desculpas de Demostenes, Suplicy questionou a avaliação dos resultados do PT, afirmando que o partido foi o que mais cresceu em número de prefeitos: 33%.

Garibaldi dá oito dias para que parlamentares informem sobre nepotismo. A decisão atinge também ocupantes de cargos de chefia com familiares trabalhando na Casa

“Se senador não demitir seus parentes, nós demitiremos”

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, anunciou que irá demitir os familiares de senadores que se recusarem a fazê-lo, observando que ainda não tem informações precisas a respeito dessas contratações. A decisão foi tomada na reunião da Mesa do Senado, realizada ontem.

– Se eles não demitirem, nós vamos demitir, mas preferíamos, já que a indicação foi dos senadores, demitir com a anuência deles – disse.

Na reunião, foi aprovado enunciado da Advocacia Geral do Senado com uma interpretação da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que proíbe a prática do nepotismo. Conforme o documento, deverão ser demitidos de seus cargos parentes de senadores até o terceiro grau. A súmula não irá alcançar quem estava trabalhando na Casa antes de o senador iniciar o mandato.

O texto acolhido será enviado aos parlamentares, que terão mais oito dias para informar se há familiares contratados. Até agora, 40 senadores já responderam à consulta feita pela

Presidência.

Também os parentes não-concursados de servidores que exercem função de direção, chefia ou assessoramento terão que deixar o Senado.

Além disso, mesmo os servidores do quadro efetivo do Senado não poderão ser designados para ocupar cargo ou função de confiança sob a chefia imediata de senador ou de servidor investido em cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento que seja seu parente de até segundo grau. Garibaldi afirmou que esse levantamento está sendo feito e que 80% das informações já estão disponíveis.

– Estamos fechando o cerco para termos um desfecho que não comprometa a instituição.

O presidente anunciou a publicação de ato com o afastamento dos diretores Dimitrios Hadjinicolaou e Aloysio de Brito Vieira, denunciados pelo Ministério Público por formação de quadrilha e corrupção passiva. Ambos são acusados de participar de esquema de fraude

em licitações para contratação de mão-de-obra terceirizada no Senado. O senador afirmou ainda que irá verificar as possibilidades legais de impedir a participação das empresas Conservo e Ipanema, acusadas de irregularidades, nas novas licitações que o Senado deve abrir em novembro.

Improbidade

Em Plenário, Garibaldi fez um apelo aos 41 senadores que não responderam à indagação da Presidência, para que o façam rapidamente. Sua manifestação foi uma resposta a Demostenes Torres (DEM-GO), que criticou o Senado por decidir dar novo prazo aos parlamentares que mantêm parentes contratados na Casa, e disse que as demissões deveriam ser imediatas.

– O Senado deu um péssimo exemplo à sociedade brasileira e, o pior, vossa excelência cometeu ato de improbidade administrativa, porque só pode uma única pessoa exonerar e nomear na Casa, que é o presidente, respaldado pela Mesa, que também vai responder por improbidade, e mais os senadores que se negaram a enviar a lista – alertou Demostenes.



“É mais importante amparar as pessoas do que colocar meios-fios”

Magno Malta pede apoio a vítimas de abusos sexuais

O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, que investiga abusos sexuais de crianças, sugeriu aos prefeitos que tomarão posse em janeiro a criação de secretarias de defesa social, destinadas a amparar crianças e jovens vítimas de abusos. Para ele, “é muito mais importante amparar as pessoas, e é isso que a população quer dos seus governantes, do que colocar meios-fios nas ruas”.

Magno Malta pediu ainda que os novos prefeitos e vereadores dêem apoio aos conselhos tutelares de suas cidades. Em algumas localidades, esses conselhos não conseguem sequer um veículo da prefeitura para transportar crianças vítimas de abusos. O senador recomendou a participação por professoras e mães preocupadas com a pedofilia de campanhas de esclarecimento da população.

– Não precisa muito. Basta que sejam criadas coisas simples, como um concurso para escolher o muro com as melhores frases contra a pedofilia. É isso que mobiliza a população.

Magno Malta voltou a denunciar que os integrantes da CPI da Pedofilia vêm recebendo ataques “de todos os lados”. Ele credita os ataques a pedófilos ou a simpatizantes da prática. O senador informou que será lançado nesta semana em seu estado, o Espírito Santo, o movimento “Mães contra a pedofilia”.

Decisão não alcançará quem já trabalhava na Casa antes de o senador iniciar o mandato

Diretor-geral diz que sua mulher deixou chefia

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, anunciou que sua mulher, Sânzia Cruz Maia, entregou o cargo de diretora da Secretaria de Estágios.

A função, explicou, era ligada à Diretoria-Geral, e, de acordo com as determinações da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe o nepotismo, Sânzia deveria deixar o cargo.

– Para não criar dúvidas, ela achou melhor se demitir e ficar só no emprego de analista legislativo – explicou, acrescentando que sua esposa é servidora do quadro há 26 anos.

Agaciel destacou o rigor do enunciado da Advocacia Geral da Casa, que fez uma interpretação da súmula do STF. Ele frisou o fato de o enunciado impedir até mesmo que parentes de

servidores de carreira do Senado ocupantes de cargo de chefia tenham cargos comissionados na Casa.

– Por exemplo, se tiver um chefe de gabinete do quadro de carreira com um parente nomeado em algum gabinete de senador, vai ser obrigado a demiti-lo. É muito mais abrangente do que a própria súmula – disse.



O estado de São Paulo paga o segundo pior salário para os policiais, afirma senador

DEM APÓIA WILSON CAMPOS EM CUIABÁ, AFIRMA JAYME CAMPOS

O senador Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem que o Diretório Municipal de seu partido em Cuiabá decidiu apoiar a reeleição do prefeito Wilson Campos, do PSDB. O parlamentar lembrou que a Executiva Nacional do DEM recomendou o apoio, no segundo turno das eleições municipais, aos candidatos do PSDB, nos casos em que o DEM não tem candidato próprio na disputa. Em Cuiabá o DEM havia apoiado o deputado estadual Walter Rabelo (PP).

EDUARDO AZEREDO LAMENTA FALECIMENTO DE ALFREDO CAMPOS

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou ontem requerimentos de pesar pelos falecimentos do ex-senador Alfredo Campos e de Gilberto Faria, que foi deputado federal por duas legislaturas.

Ele salientou que Alfredo Campos se destacou na luta pela democracia e foi líder do PMDB e do governo no Senado entre 1986 e 1987. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, associou-se aos votos de pesar.

FLÁVIO ARNS ELOGIA INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

O trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foi classificado como fundamental pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

– O Inpe atua em nosso país há mais de 40 anos, em áreas estratégicas fundamentais, como ciências espaciais, engenharia espacial, observação da Terra, previsão de tempo e clima, e ainda no ensino, documentação e programas especiais – destacou Flávio Arns, lembrando que o Inpe foi criado em 1961 e monitora o país por meio de satélites.

Senador pede pressa para votar projeto que impede a extinção de municípios



César Borges quer salvar 57 municípios

A possibilidade de extinção de 57 municípios levou o senador César Borges (PR-BA) a pedir que o Senado vote logo o projeto (PLC 98/02 – complementar). O texto regulamenta a criação de municípios, paralisada desde a aprovação da Emenda Constitucional 15, de 1996, e confirma juridicamente a existência de 57 municípios, cujo processo de criação estava em andamento quando foi aprovada a Emenda 15/96. O dispositivo determinou que municípios só poderiam ser criados após o Congresso regulamentar o assunto.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou a César Borges que o projeto já está na ordem do dia.

Tuma apóia movimento de policiais paulistas

Romeu Tuma (PTB-SP) alertou ontem para a “forte crise” na polícia de São Paulo. De acordo com o senador, apesar dos apelos, não houve ainda uma “manifestação clara” do governo estadual sobre o aumento salarial e melhores condições de trabalho para as polícias paulistas, que estão em greve desde 16 de setembro. Tuma disse que São Paulo paga o segundo pior salário para os policiais entre os estados.

– É injusto. Apelo à bancada paulista para discutirmos aqui como reivindicar ao governador José Serra, que conhece profundamente a ação da área de segurança, a sua importância para São Paulo – anunciou.

Vários pronunciamentos abordaram as dificuldades que atingem o Brasil. Parlamentares criticaram o governo pela demora em assumir publicamente que o país...

Senadores apontam caminhos para o país

A turbulência que atinge o mercado financeiro internacional voltou a ser discutida ontem em Plenário. A oposição apontou falhas do governo na condução da crise, mas propôs caminhos que possam evitar conseqüências mais graves para o país. Por sua vez, parlamentares da base ressaltaram as medidas já adotadas pelo Executivo. Aloizio Mercadante defendeu um diálogo construtivo do governo com a oposição, de forma que o Brasil saia na frente no novo ciclo econômico que virá após a crise financeira. Arthur Virgílio sugeriu a criatividade e a união nacional, mas, a exemplo de Mão Santa, alertou para o risco de uma crise fiscal caso o governo não reduza os seus gastos. Para Renan Calheiros, o Congresso também é responsável pela busca de soluções para a crise. Papaléo Paes afirmou que os problemas do mercado financeiro mundial já afetam o Brasil e que a estabilidade econômica e financeira do país corre riscos. Valdir Raupp elogiou as medidas adotadas pelo governo. Conforme Serys Slhessarenko, os investimentos em energia ajudarão o Brasil a enfrentar a crise. Osmar Dias propôs mais financiamentos para evitar a queda na produção agrícola. Ideli Salvatti ressaltou a importância dos recursos liberados para a indústria naval. Antonio Carlos Júnior lembrou a retração do crédito e a alta na taxa de câmbio como resultados da crise, ressaltando que a próxima safra agrícola já sentirá os efeitos do declínio da demanda e dos preços das commodities no mercado internacional. Já Renato Casagrande propôs que o Brasil esteja à frente de uma ação de liderança junto aos países da América Latina para a consolidação de um bloco que atue de forma coordenada.

ALOIZIO MERCADANTE



Gerald/Vagabô

“Brasil tem vantagens em relação aos outros países do Bric, como a democracia”

Governo tem de manter diálogo com a oposição

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ontem que o governo tem de manter um diálogo construtivo com a oposição visando à preparação do Brasil para sair na frente no novo ciclo econômico que virá após a crise financeira internacional.

– Estamos iniciando um novo mundo e o Brasil tem vantagens em relação aos outros países que compõem o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), como a democracia consolidada.

O senador assinalou que, na história recente, o Brasil não havia enfrentado uma crise dessa magnitude, mas também nunca teve uma linha de defesa tão forte para enfrentá-la. Ele observou que o país conta com US\$ 200 bilhões de reservas cambiais, tem a inflação sob controle e uma situação fiscal tranquila. E acrescentou que o carro-chefe da economia é o mercado interno, e não as exportações. Para Mercadante, o Brasil tem apenas duas vulnerabilidades: a falta de garantias para os empréstimos entre bancos e as empresas que contraíram dívidas em dólar para especular no mercado de câmbio.

ARTHUR VIRGÍLIO



Gerald/Vagabô

Virgílio adverte para o risco de uma crise fiscal caso o governo não reduza os gastos

Lula precisa cuidar da crise, não pedir votos

O presidente Lula não deveria, neste momento, estar pedindo votos para os candidatos a prefeito apoiados pelo governo, mas se preocupar com a crise financeira mundial, “e com mais nada”, advertiu Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O senador salientou que o Brasil não terá commodities com preços tão valorizados como antes da turbulência internacional e alertou, ainda, para a possibilidade de uma crise fiscal caso o governo não reduza seus gastos. Para Virgílio, não será possível sustentar o equilíbrio da economia brasileira se as despesas correntes continuarem aumentando acima do crescimento do produto interno bruto.

– Não podemos sustentar equilíbrio fiscal à base de expectativa de aumento de receita tributária, porque um dia a casa cai.

Virgílio apontou ainda para a maxidesvalorização do real, a crise de crédito e o corte de financiamento às exportações – problemas, segundo ele, que devem ser resolvidos com criatividade e união nacional.

VALDIR RAUPP



Gerald/Vagabô

Governo conduz de forma responsável

Valdir Raupp (PMDB-RO) avalia que o Brasil ficará totalmente imune à crise global do financeiro, mas elogiou as medidas adotadas pelo governo antes e durante as turbulências das bolsas do mundo todo.

– A administração econômica e financeira do país tem sido conduzida de modo responsável.

O parlamentar salientou que as autoridades brasileiras não embarcaram na regulamentação total do setor bancário sob a pressão de muitos investidores estrangeiros e econômicos. E os bancos brasileiros não foram apanhados com uma massa de investimentos especulativos, ao contrário de instituições americanas e europeias.

Conforme Raupp, embora não sejam grandes abalos, o Brasil deverá sofrer algum grau pela falta de financiamentos mundiais e pela queda de investimentos, sobretudo estrangeiros, o que deve ocasionar “alguma desaceleração do crescimento” e queda de renda e de emprego.

MÃO SANTA



Gerald/Vagabô

Senador observa que Lei de Responsabilidade Fiscal requer austeridade da administração

Corte de gastos pode blindar o Brasil

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo federal que corte os gastos públicos como forma de evitar que a crise financeira internacional afete o país. O parlamentar leu reportagem do jornal *Correio Braziliense* mostrando que os preços dos alimentos já começam a subir em virtude da desvalorização do real frente ao dólar.

Ele destacou que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, necessariamente, uma política de austeridade na administração pública. O senador ponderou que o Brasil deveria homenagear o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, criador da lei.

Mão Santa, por outro lado, lembrou que era governador do Piauí quando todos os governadores foram chamados a renegociar as dívidas das administrações estaduais, e que o governo federal queria que o Piauí comprometesse 13% de suas receitas para pagamento da dívida. Mas ele disse que se negou e conseguiu uma taxa idêntica à aplicada ao estado de São Paulo, de 11% das receitas estaduais.

SERYS SLHESSARENKO



Gerald/Vagabô

Governo tem ampliado pesquisa em busca de petróleo em todo o país, diz Serys

Investimentos em energia geram emprego

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), os investimentos em energia podem ajudar o Brasil frente ao quadro de crise internacional. Ela comemorou o aumento do número de estudos de prospecção de reservas de gás e petróleo. E disse que pesquisas desse tipo estão em andamento ou planejadas nos estados da Bahia, Amazonas, Mato Grosso, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Goiás, Alagoas e Minas Gerais.

Serys mencionou emenda de sua autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009, que amplia os campos de pesquisa nessa área de 288 mil quilômetros quadrados para 488 mil quilômetros quadrados no país.

Em Mato Grosso, informou, os estudos se concentram na bacia dos Parecis, uma área de cerca de 350 mil quilômetros quadrados, com exploração já autorizada pela Agência Nacional do Petróleo.

– É um avanço para o Brasil, uma vez que as explorações vão gerar milhares de empregos em várias regiões do país – opinou.

OSMAR DIAS



Gerald/Vagabô

Preço do adubo pode comprometer safra

Osmar Dias (PDT-PR) reivindicou do setor agrícola, a adoção, pelo governo, de medidas para ampliar o financiamento e desonerar a importação de fertilizantes. O contrário, explicou, o país terá que enfrentar, a preços altos, a busca de espaço num mercado de commodities bem mais fechado do que no passado.

O senador disse ter recebido na última semana documento da Federação da Agricultura do Paraná mostrando as preocupações dos produtores.

Para Osmar, o governo tem em mente uma política de maior seriedade e adotado algumas medidas importantes, como a liberação para o Brasil de R\$ 100 bilhões do depósito compensatório vinculado a essas linhas de crédito para os exportadores. Mas o governo não deve equivocá-lo, no entendimento de que não aumentará o crédito em 12%, quando tiveram um aumento de preço na faixa de 15%.

Ele disse que já se antevê no país uma queda de 15% na quantidade de adubo no solo.

Brasil não estava imune à turbulência, mas também apresentaram sugestões para assegurar a estabilidade financeira e econômica

O Brasil enfrentar crise financeira

PAPALÉO PAES



Gerakty/Vagab

Crise internacional já está afetando a economia brasileira, afirma Papaléo

Ecletismo da política econômica em xeque

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem, em Plenário, que a crise econômica mundial já vem afetando o Brasil.

A recente valorização do dólar diante do real, segundo ele, serve para demonstrar a gravidade da situação e os riscos que ela traz à estabilidade econômica e financeira do país, ainda em dependência acentuada do financiamento externo.

O senador observou que a redução do crescimento econômico, a alta inflacionária e a dificuldade de financiamento das atividades produtivas e das exportações são alguns dos sérios problemas com os quais o Brasil terá de lidar ainda em 2008 e, mais seriamente, nos próximos anos. De acordo com ele, o ecletismo da política econômica brasileira, com a crise, está colocado em xeque.

Em seu discurso, Papaléo Paes também repudiou anúncio veiculado pela campanha da candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, que questiona aspectos da vida pessoal do candidato do DEM, o prefeito Gilberto Kassab, que disputa a reeleição ao cargo.

IDELI SALVATTI



Gerakty/Vagab

Senadora elogia ações do presidente da República para enfrentar a crise econômica

Indústria naval terá em quatro anos R\$ 10 bi

A líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), saudou a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de enfrentar a crise internacional mantendo o bom nível de crescimento da economia brasileira. Entre as iniciativas adotadas, Ideli enfatizou a liberação, na semana passada, pelo conselho diretor do Fundo da Marinha Mercante, de R\$ 10 bilhões para financiamento da indústria naval entre 2009 e 2012.

A senadora lembrou que o fundo já aprovou financiamentos de mais de R\$ 2 bilhões este ano, contra R\$ 870 milhões em 2007 e R\$ 346 milhões em 2006. Ela comemorou o fato de quatro estados de seu estado terem sido beneficiados com financiamentos de R\$ 1,2 bilhão – 12% do total. Santa Catarina e Rio de Janeiro são os principais pólos da construção naval no país.

O aporte de R\$ 10 bilhões do fundo fora anunciado pela diretora do Departamento do Fundo da Marinha Mercante do Ministério dos Transportes, Débora de Mello Martins Teixeira, em 28 de abril deste ano.

ANTONIO CARLOS JÚNIOR



Gerakty/Vagab

“Não há como prever em que medida a inflação será afetada pela depreciação do câmbio”

Autoridades fingiram que nada acontecia

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que a crise financeira mundial chegou ao Brasil, “embora algumas autoridades do Executivo teimassem em fingir que nada de muito grave estava acontecendo”. Ele assinalou que a contração do crédito e a alta na taxa de câmbio são, por enquanto, as consequências mais visíveis da crise e já provocam a revisão dos planos de produção e a paralisação de diversos setores.

Para o senador, o Banco Central vem intervindo moderadamente para evitar a excessiva valorização do dólar e não há como prever em que medida a inflação será afetada pela depreciação do câmbio. ACM Júnior ressaltou que o plantio da próxima safra, iniciado em junho, também já foi afetado pela restrição do crédito e pela expectativa de declínio da demanda e dos preços das *commodities*.

O parlamentar acrescentou que a indústria diminuiu o ritmo de produção alcançado no primeiro semestre, devido, disse, às oscilações do câmbio e às restrições ao crédito.

RENAN CALHEIROS



Gerakty/Vagab

PMDB tem de garantir uma maioria estável neste momento de dificuldade, destaca Renan

Congresso também deve buscar soluções

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o Congresso Nacional também é responsável pela busca de soluções para a crise financeira internacional. Ele destacou o papel do PMDB na garantia de uma maioria estável neste momento de dificuldade, lembrando que a crise não deve ser politizada, mas analisada sob uma perspectiva histórica, tendo em vista o futuro do Brasil. O senador defendeu o entendimento com a oposição em torno das matérias em pauta.

– Caberá ao PMDB uma função estratégica nesta cruzada. É, em boa parte, de nossa responsabilidade a manutenção da capacidade de ação do governo naquilo que é crítico, que é vital para o encaminhamento das soluções demandadas. A base aliada está muito consciente da gravidade do momento que vivemos, de fazer cumprir à plenitude o papel que cabe ao Parlamento em nosso sistema político – disse.

Para Renan, a oposição caberá a contestação, o que “é natural”, além de oferecer visões alternativas às do governo.

RENATO CASAGRANDE



Leopoldo/Sive

Casagrande: é preciso manter Estado forte para interferir, quando necessário, na economia

País deve promover ação coordenada na AL

Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu que o Brasil promova uma ação persistente e de liderança junto aos países da América Latina visando à consolidação de um bloco que possa atuar de forma coordenada em momentos importantes para a promoção do desenvolvimento igualitário da região. Ele disse que a decisão coordenada dos países da União Européia abriu a possibilidade de retorno da confiança nos mercados econômicos.

A seu ver, as medidas compensatórias adotadas pelo governo federal – incentivo às exportações, redução do compulsório e venda de dólares pelo BC – podem até amenizar os efeitos da crise, mas não resolvem, porque, ressaltou, trata-se de uma crise de confiança internacional, que demanda uma ação coordenada.

A situação demonstra também, segundo Casagrande, o predomínio da tese de que é necessário manter um Estado forte, para interferir quando necessário na economia, com políticas compensatórias, para atender à população.

Orçamento: Delcídio adia entrega de parecer

Para abreviar o tempo das pressões políticas por aumento de gastos, o relator do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), adiou a entrega do seu parecer preliminar para 21 de outubro. Após reunião tensa com os coordenadores das bancadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Delcídio informou que manteve o valor global das emendas individuais em R\$ 8 milhões. Vários líderes pleiteavam aumento para R\$ 10 milhões. O relator explicou que a crise financeira internacional recomenda austeridade. “Não é o momento para aumentarmos gastos”, disse.

A decisão de postergar a entrega do relatório preliminar foi acertada com o presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Se fosse entregue antes, o espaço para apresentação de emendas, programado para três dias (de 22 a 24 de outubro), seria dilatado e daria margem a pressões.

Delcídio confirmou que o texto propõe a criação de uma reserva especial no Orçamento de 2009. O valor a ser alocado nessa nova rubrica só será definido no relatório final, que permitirá seu uso para aumentar o superávit primário (economia para pagar juros e encargos da dívida federal). Ele também quer retirar o dispositivo previsto pelo Executivo que autoriza o governo a alocar por decreto, sem participação do Congresso, até R\$ 15 bilhões para o Fundo Soberano.

Já o ministro da Previdência Social, José Pimentel, pediu uma verba de R\$ 404,7 milhões para abrir agências do INSS em mais 715 pequenas cidades em todo país.

DIA NACIONAL DOS TRABALHADORES METROVIÁRIOS SERÁ EM 26 DE OUTUBRO

O Senado aprovou a criação do Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, a ser comemorado em 26 de outubro. O projeto (PLC 43/06) seguiu para sanção. A matéria é uma iniciativa do ex-deputado Jamil Murad (PCdoB-SP). Ele explica, na justificativa da proposta, que em 26 de outubro de 1979 o Ministério do Trabalho reconheceu a existência da categoria dos metroviários e sua carta sindical. O Plenário também adiou a discussão do projeto (PLC 118/05) que autoriza estudantes de seminários e faculdades teológicas a prestar exames em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

APROVADO PROJETO QUE OBRIGA CARTÓRIO A DIVULGAR PREÇO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

Os cartórios de registros públicos podem ser obrigados a afixar, em locais de fácil acesso, quadros contendo valores das custas e emolumentos, segundo projeto aprovado ontem pelo Plenário. Esses quadros devem esclarecer também quanto à gratuidade de fornecimento das certidões para as pessoas pobres. O projeto (PLS 90/06 ou PL 6.248/05, na Casa de origem), que vai a sanção, estabelece ainda punições para quem desrespeitar a norma, que vão desde a repreensão e a suspensão do oficial de registro e do notário à perda da delegação de seus cargos.

PROPOSTA SOBRE REGRAS DO GATT VOLTA À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

O projeto (PLC 84/06) que dispõe sobre a aplicação de regras de origem previstas no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês para General Agreement on Tariffs and Trade) de 1994, analisado ontem pelo Plenário, retornou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimento com a sugestão foi apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O GATT 1994 estabelece a obrigatoriedade de apresentação de certificados de origem para todos os produtos sob investigação ou sujeitos a medidas antidumping.

Expedito Júnior comemora decisão sobre Beron

O senador Expedito Júnior (PR-RO) comemorou decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski para que haja revisão contábil da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (Beron). A determinação foi anunciada no final de setembro.

Lewandowski afirma que os resultados dos negócios da instituição financeira, assim como eventuais irregularidades na condução das operações, podem ser evidenciados a partir de demonstrativos contábeis e financeiros do período em discussão.

– Mais uma vez, o Supremo é chamado para legislar porque, às vezes, esta Casa não funciona. Nós aprovamos as leis, e o governo não as cumpre.

Em dezembro de 2007, o Senado aprovou a Resolução 34, determinando a suspensão do pagamento da dívida do Beron, além da revisão do débito. Como a dívida continuou a ser cobrada pela União, o Senado e o governo de Rondônia ingressaram com ação no Supremo pedindo o cumprimento da norma. O mérito da ação ainda não foi julgado. Mensalmente, calcula a assessoria do senador, a União desconta cerca de R\$ 10 milhões da parcela do Fundo de Participação dos Estados destinada a Rondônia como pagamento pela dívida do extinto Beron.



Expedito Júnior: "Mais uma vez o Supremo é chamado para legislar"



Senadores acolheram substitutivo ao projeto, e por isso matéria retornará à Câmara após votação suplementar

Empresa deve fornecer filtro a empregado exposto ao sol

Projeto aprovado pelo Plenário também obriga o Sistema Único de Saúde a distribuir protetor a vítimas de doenças causadas ou agravadas por raios solares

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que inclui o protetor, o bloqueador ou o filtro solar entre os equipamentos e produtos de proteção dos trabalhadores, desde que exerçam suas atividades expostos ao sol. Segundo a proposta, o Ministério do Trabalho terá de incluir tais produtos na legislação específica.

O projeto (PLS 111/05) obriga ainda o Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuir gratuitamente protetor solar aos pacientes aco-

metidos de doenças causadas ou agravadas pelo sol, como câncer de pele. Os senadores aprovaram substitutivo que o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) apresentou a projeto da Câmara dos Deputados, de autoria da ex-deputada Laura Carneiro. A matéria ainda será submetida a votação suplementar e depois seguirá para exame dos deputados, pois a proposta original recebeu alterações.

O substitutivo institui a Campanha Nacional de Prevenção

da Exposição Indevida ao Sol, obrigando o governo a veicular todo ano uma campanha durante as férias escolares abordando o assunto. Determina ainda que os fabricantes de embalagens ou etiquetas de produtos associados a efeitos dos raios solares coloquem advertências sobre a exposição indevida ao sol. Estabelece também que, nas campanhas publicitárias desses produtos, as empresas incluirão advertências sobre os malefícios dessa exposição.

Estímulo à produção de peixe em represa

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei (PLS 57/01) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que responsabiliza os donos ou concessionários de represas pelo estímulo ao aumento das populações de peixes em suas propriedades. O Senado acolheu as alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados e a matéria vai agora à sanção do presidente da República.

Alvaro explicou que o objetivo da proposição é incentivar a piscicultura em represas, "especialmente para a alimentação". A matéria, que altera o artigo 36 do Decreto-Lei 221/67, foi aprovada em votação simbólica.

Arquivo da Casa passa a se chamar Cora Coralina

Os senadores aprovaram ontem o projeto de resolução do Senado (PRS 01/04) que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal. O projeto vai a promulgação.

A autora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), afirma na justificativa do projeto que a escritora goiana Cora Coralina – nascida em 1889 na cidade de Goiás, e falecida em 1987, aos 98 anos – é uma espécie de ícone da mulher que luta e vence. A senadora lembra que a escritora lançou seu primeiro livro, Poemas dos becos de Goiás e estórias mais aos 75 anos, ganhando a partir daí notoriedade no país.

Suplicy apresenta voto de aplauso a Paul Krugman

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de voto de aplauso ao economista Paul Krugman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2008. Professor da Universidade Princeton, Estados Unidos, Krugman, de 55 anos, é também colunista do jornal The New York Times. O requerimento foi também assinado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Suplicy informou que Paul Krugman recebeu o Nobel em reconhecimento aos seus trabalhos sobre "a nova teoria do comércio" e sobre "a nova geografia econômica".

– Krugman conseguiu explicar por que existe um comércio internacional tão intenso entre países muito parecidos em dotações de recursos, como as nações ricas em geral.

O senador leu artigo sobre o economista publicado no jornal O Estado de S. Paulo. Krugman, lembrou, é autor e editor de 20 livros e de mais de 200 obras acadêmicas. Suplicy destacou a importância da obra Economia Internacional: Teoria e Política, segundo ele "um livro-texto básico para o estudo da economia internacional".

O parlamentar lembrou que Krugman foi um dos primeiros a prever que a política do governo de George W. Bush levaria à atual crise financeira.



Paul Krugman conseguiu prever a atual crise econômica, disse Suplicy

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Mão Santa • Romeu Tuma • Jayme Campos • Paulo Paim

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Fernando Ferreira, Magic Paula, Cristovam Buarque, Lars Graell e Herval Barros

Especialistas cobram mais investimento em novos atletas

O investimento na formação de novos atletas e uma maior vinculação entre as políticas públicas nas áreas de esporte e de educação foram as principais recomendações apresentadas ontem em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, salientou que a audiência serviria para “discutir o futuro”, ou seja, como levar o Brasil a ter um melhor desempenho já nas Olimpíadas de Londres, em 2012.

O velejador e empresário Lars Graell, ex-secretário nacional de Esporte, disse considerar “simples” a análise do desempenho de um país nos Jogos Olímpicos apenas a partir das medalhas que conquistou. A seu ver, também devem ser levados em conta critérios como o número de atletas classificados e o número de finalistas.

– O Brasil não fracassou em Pequim, mas esteve aquém do patamar que gostaríamos – avaliou Graell.

O maior problema da área, para o velejador, está na falta de uma política de universalização do esporte. Graell criticou também a falta de participação dos

atletas nos processos decisórios das políticas esportivas e os mandatos ilimitados dos dirigentes de federações e confederações.

A ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, coordenadora de gestão de Esporte de Alto Rendimento da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação da prefeitura de São Paulo, foi mais crítica em relação à participação brasileira em Pequim.

– Temos no esporte verbas de Primeiro Mundo e planejamento de Terceiro Mundo – frisou Magic Paula, para quem deve haver maior fiscalização da aplicação de recursos públicos.

Segundo o professor Fernando Franco Ferreira, do Centro de Estudo de Atletismo do Distrito Federal, o país dispõe de instalações esportivas suficientes para a formação de novos atletas. Faltariam, porém, recursos humanos.

O diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos do Ministério do Esporte, Herval Barros, admitiu que se deve dar maior ênfase ao planejamento e informou estar em andamento o projeto Top 10, cujo objetivo é incluir o Brasil entre as dez maiores potências esportivas do planeta até 2016, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Senadores querem rever regras para a escolha de dirigentes

No debate entre os senadores que participaram da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Pequim, uma das maiores preocupações foi a de rever a legislação que rege a escolha dos dirigentes esportivos do país.

Após lembrar que a delegação brasileira voltou “cabisbaixa” da China, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – um dos autores do requerimento para realização da audiência – disse que gostaria de saber como se elege um representante do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Outro autor do requerimento, Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que existe uma “crise de representatividade” no setor. Ele lamentou o fato de os dirigentes esportivos não serem legítimos representantes dos esportistas.

A CE deveria, na opinião do

senador Flávio Arns (PT-PR), assumir a iniciativa de modificar as leis que regem a escolha dos dirigentes, além de verificar a qualidade dos investimentos feitos no setor.

– Poderíamos estabelecer, por exemplo, que, para ter acesso a recursos públicos, as organizações deveriam limitar a reeleição de seus dirigentes a, no máximo, dois mandatos – propôs Arns.

Também autora do requerimento, Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou a prioridade concedida pelo governo à realização de grandes eventos esportivos internacionais no país.

Augusto Botelho (PT-RR) lamentou a falta de estímulo aos jovens para a prática de esportes. Romeu Tuma (PTB-SP) sugeriu que se promovam mais debates sobre o tema. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de prática permanente de esportes, até mesmo para os próprios senadores.

Conforme projeto aprovado pela CAE, chamadas interurbanas para conexão à internet devem ser tarifadas como ligação local. Comissão de Infra-Estrutura examinará a proposta

Comissão facilita acesso de pequena cidade à internet

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer favorável ao projeto que determina que as chamadas interurbanas para conexão a provedor de internet sejam tarifadas como ligação local. A medida, que valerá apenas para municípios onde não há provedor local de acesso à rede mundial de computadores, foi proposta pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e recebeu voto favorável do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Conforme Jucá, o objetivo do projeto (PLS 317/05) é promover a inclusão digital nas

pequenas cidades, nas quais o acesso à internet é ainda muito oneroso. Segundo o parlamentar, os altos custos impedem que a maioria da população desses municípios se beneficie dos avanços da informática.

Com a aprovação da matéria, observou Jucá, serão asseguradas condições semelhantes às existentes nos grandes centros urbanos para acesso à rede. Se houver a equalização das tarifas, afirmou o senador, todos os brasileiros terão condições de interagir com o resto do mundo via internet.

Flexa Ribeiro elogiou o projeto, lembrando que o acesso

discado é a forma de conexão à internet em 60% dos municípios. Muitos desses lugares, informou o senador, não possuem provedor local, o que exige a realização de ligações interurbanas para o acesso à rede mundial. Em seu voto favorável à proposta, o relator ressaltou que a redução das tarifas contribuirá para diminuir as desigualdades sociais e regionais do país.

Acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto segue agora para exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em decisão terminativa.



Mercadante preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que ouvirá na segunda-feira representantes da indústria

CAE busca entendimento para Projeto do Sacoleiro

Os pontos divergentes sobre o projeto que regulamenta a atividade dos sacoleiros serão discutidos em reunião na próxima segunda-feira, conforme sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A discussão deverá envolver o relator da proposta na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), e representantes de organizações como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e de empresas da Zona Franca de Manaus.

O projeto (PLC 27/08) estabelece um Regime de Tributação Unificada (RTU) a ser utilizado por pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional que comprem mercadorias no Paraguai. Pelo texto, será aplicada a alíquota única de 42,25% sobre o preço dos produtos adquiridos pelos sacoleiros.

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) manifestou preocupação com os impactos da medida sobre a indústria nacional e os riscos de competição desigual, especialmente para a Zona Franca de Manaus. Mercadante sugere ainda que esse e outros aspectos pendentes sejam debatidos no encontro de segunda-feira, para evitar possíveis impactos negativos.

Osmar Dias (PDT-PR) destacou a importância da proposta e defendeu sua tramitação em regime de urgência.

– O projeto irá legalizar a atuação de mais de 7 mil famílias de sacoleiros e contribuir para aumentar a renda em Foz de Iguaçu – enfatizou Osmar Dias.

A matéria, que recebeu parecer favorável da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, tramita simultaneamente na CAE e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Adiada decisão sobre novas adesões ao Simples

Acordo com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), deve garantir a votação no dia 28, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto de lei que facilita a adesão de vários setores de prestação de serviço ao Simples Nacional, regime simplificado de tributação para pequenas e médias empresas.

A proposta (PLC 128/08) foi debatida na reunião de ontem na CAE, mas o senador solicitou mais tempo para o exame do projeto. Segundo Jucá, havia acordo sobre os setores que seriam beneficiados, mas o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), acatou emendas para incluir outros segmentos à matéria.

Jucá quer mais discussão a respeito das emendas e do projeto. Por sugestão do presidente da CAE, Aloizio Mercadante, a reunião para analisar o relatório de Adelmir Santana e as emendas será realizada às 15h da próxima terça-feira no gabinete da liderança do governo.

A proposta inclui no Simples Nacional empresas que atuam nas áreas de representação comercial, corretagem de seguro, paisagismo e decoração, entre outras. Graças às emendas apresentadas, foram contempladas também setores como pré-escola, escolas técnicas e cursos de idiomas.

O relator explicou ainda que não poderia deixar de fora essas empresas, uma vez que considera como critério para inclusão no Simples o faturamento e não o ramo de atuação. Romero Jucá afirmou que pretende discutir exaustivamente a proposta antes da votação, para que não pare a sombra do veto presidencial sobre a matéria. O parlamentar assegurou que os setores serão incluídos até “o limite da Receita Nacional”.



Paim comemora os 200 anos da instituição financeira

Paim lembra presença do BB nos momentos decisivos do país

Ao saudar os 200 anos de criação do Banco do Brasil (BB), comemorados este mês, Paulo Paim lembrou que a instituição – fundada em 1808, por iniciativa do príncipe regente dom João – tem marcado presença em todos os momentos decisivos da trajetória do país.

– Na Independência, por exemplo, o Banco do Brasil foi a principal parceria

no custeio de escolas e hospitais. No fim dos anos 1880, destacou-se ao destinar as primeiras linhas de crédito para a agricultura. E este é um papel inquestionável que o banco mantém até os dias de hoje: o de impulsionar, principalmente, o setor agrícola – afirmou.

Paim salientou ainda a importância dos bancos estatais no atual cenário econômico mundial, em que muitos países deverão contar com

recursos públicos para se protegerem da crise financeira. “O BB, ao lado da Caixa Econômica Federal e do BNDES, incentiva e pratica o processo de alavancar o progresso de toda a economia do país. É importante lembrar também que a Caixa tem uma atuação de destaque, principalmente no custeio habitacional, e que o BNDES é um dos principais financiadores de pequenos e médios empresários”, ressaltou.

Três propostas acolhidas ontem pelos integrantes da CMA, em decisão terminativa, reforçam a proteção aos direitos do consumidor brasileiro

Ações contra efeitos da seca na Amazônia

Projeto de lei de autoria do senador Mário Couto (PSDB-PA) que institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A medida tem por objetivo a adoção de ações de prevenção, preparação para emergência e pronta reabilitação da área que foi afetada na região.

– A proposta (PLS 100/07) constitui importante iniciativa no sentido de promover ações para reduzir o sofrimento dos brasileiros que habitam a Amazônia que sofrem com os efeitos da seca – resumiu Mário Couto ao defender a aprovação do projeto.

De acordo com o texto acolhido, com base em relatório do senador Expedito Júnior (PR-RO), competirá à União planejar, coordenar, controlar e executar atividades de defesa civil em caso de seca, além de estabelecer normas, programas, planos, procedimentos, estudos e atividades visando à prevenção dos riscos associados a vulnerabilidades a secas.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) entende que o projeto é benéfico aos que habitam a região amazônica, mas pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se pronuncie a respeito da constitucionalidade da proposição. O pedido de Casagrande foi logo deferido pelo presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).



Projeto de Adelmir (2º. à esq.) aprovado pela CMA, presidida por Quintanilha (D), permite dois preços: a vista e a cartão de crédito

Compra à vista poderá ter preço menor que no cartão

A FIXAÇÃO DE preços diferenciados para pagamento de bens e serviços, com cartão de crédito ou à vista, em dinheiro, é o que permite projeto de lei aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O autor da proposta (PLS 213/07), senador Adelmir Santana (DEM-DF), argumenta que, na prática, quando o consumidor pede desconto e não consegue, acaba pagando pelo uso da bandeira, pelo aluguel de equipamentos e por outros componentes da política do cartão de crédito. Ele observa que, na operação, há subsídio do consumidor que paga à vista para aliviar os custos do consumidor que paga com o cartão.

Por sua vez, o relator, Renato Casagrande (PSB-ES), explica que a proposta favorece os pequenos comerciantes porque permite a diminuição de custos quando a venda envolve dinheiro. O senador também destaca que o projeto beneficia o consumidor.

O parecer de Casagrande acatou a redação aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), que concluiu que a oferta de dois preços não configura prática abusiva de comercialização.

Já o senador César Borges (PR-BA) lembrou que o custo financeiro embutido no preço das mercadorias quando se paga mediante cartão pode ser transformado em desconto para o consumidor que paga à vista. Já Augusto Botelho (PT-RR) disse que ficará claro, com a oferta de dois preços, quanto o consumidor está pagando pela opção do cartão de crédito. Assim, ele poderá escolher o que é melhor para seu caso, afirmou.

Atendimento

A CMA aprovou mais dois projetos de lei que ampliam direitos do consumidor. Um deles (PLS 542/07) é o que garante atendimento rápido e personalizado, por profissional habilitado, a todos os consumidores de produtos ou serviços, para encaminhamento de providências ou cancelamento do fornecimento. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta teve como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

De acordo com o relator, o projeto atende a inúmeros cidadãos

que se queixam das dificuldades que enfrentam nos serviços de atendimento ao consumidor (SACs) ou centrais de atendimento telefônico, os chamados *call centers*. Para Flexa Ribeiro, um atendimento personalizado faz parte dos direitos básicos do consumidor, especialmente a rapidez no cancelamento do contrato, que, pela proposta, não poderá exceder 48 horas a contar da solicitação.

A outra proposta, que a exemplo das duas anteriores também altera o Código de Defesa do Consumidor, é o projeto (PLS 338/05) de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que considera “prática abusiva das empresas” o oferecimento, sem solicitação, de produto, serviço ou disponibilidade de crédito. As punições para esse procedimento são as previstas no código.

No parecer sobre a matéria, Adelmir Santana destaca que o projeto tem o objetivo de reprimir práticas como as de empresas de cartões de crédito, ao enviar ou entregar sem solicitação prévia do consumidor produtos, serviços ou disponibilidade de crédito, e depois cobrar pelos envios.

Limites à exposição humana a campos magnéticos

A Comissão do Meio Ambiente aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados que visa regulamentar limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuários e de sistemas de energia elétrica. A proposta, do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), foi relatada na CMA pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

O relator, ao apresentar seu parecer favorável, explicou que o objetivo da proposta é garantir a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

– A proposição estabelece critérios para a utilização ambientalmente segura de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuários e de sistemas de energia elétrica, além de determinar como o poder público fiscalizará a implementação dessas normas ambientais – afirmou o relator.

Além de regulamentar a instalação e o monitoramento de fontes emissoras de radiação eletromagnética, como antenas de celulares, o projeto determina que sejam adotados os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para exposição ocupacional e da população em geral. Outro dispositivo destina recursos para financiar pesquisas sobre os riscos da exposição humana a esses campos elétricos e magnéticos.

O texto estabelece ainda regras de fiscalização para assegurar que as fontes eletromagnéticas fiquem dentro das especificações legais e que as agências responsáveis tenham poder de punir quem violar a lei.

A proposição será examinada ainda pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e depois encaminhada ao Plenário.

Prodasen festeja os 36 anos de fundação

Como parte da comemoração dos 36 anos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), foi realizada na manhã de ontem, no pátio da instituição, uma cerimônia que, além de celebrar a data, prestou homenagem aos 20 anos da Constituição. Na solenidade foi apresentado um vídeo produzido pela TV Senado

que mostra a importância do Prodasen na informatização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Participaram do evento o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB); o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia; e o diretor-executivo do Prodasen, Evaldo Gomes Carneiro Filho.

Para Efraim, o Prodasen é fundamental no dia-a-dia do Senado. “Temos a convicção absoluta de que essa importância será perene na história da Casa”, disse o senador.

A comemoração continua hoje e amanhã, com oficinas, ginástica laboral, exposições e olimpíadas com a participação dos servidores.



Solenidade contou com a presença de Efraim, Agaciél e Evaldo, entre outros